

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (*DISREGARD DOCTRINE*)

Osmane Antonio dos Santos^(*)

Sumário: Introdução. I — A personalidade da pessoa jurídica. II — A teoria da desconsideração da personalidade jurídica (“disregard doctrine”). 1 — Origem histórica. 2 — Fundamento jurídico. 3 — Conceito. 4 — Critérios de aplicação. 5 — Finalidade. III — A desconsideração e o ordenamento jurídico estrangeiro. 1 — Direito norte-americano. 2 — Direito inglês. 3 — Direito alemão. 4 — Direito francês. 5 — Direito argentino. IV — Teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro. 1 — Desconsideração da personalidade jurídica em nosso ordenamento positivo. 2 — A teoria da desconsideração e a reforma do Código Civil. 3 — Direito Comercial. 4 — Direito do Trabalho. 5 — Direito Tributário. 6 — O Código de Defesa do Consumidor. 7 — Direito Econômico. V — A teoria da despersonalização na jurisprudência brasileira. Conclusão.

Introdução

É difícil, mas não impossível, estabelecer com segurança qual seja o fundamento jurídico legal que se possa dar ao ato de afastar a personalidade jurídica de uma sociedade, devendo-se, porém, sempre partir da análise de um caso concreto, quando se intenta desconsiderar a personalização por recusa da eficácia de certo ato praticado em nome e por conta da pessoa jurídica.

A teoria da desconsideração é uma doutrina moderna, mas já encontra raízes no Direito de muitos países, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Argentina dentre outros, ganhando fôlego mormente com o advento da globalização.

(*) Monografia apresentada no curso de pós-graduação *lato sensu* — *Ordem Jurídica e Ministério Público* — Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios — FESMPDFT



Essa teoria, como aplicação casuística do Direito, propugna pela desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade quando esta for utilizada para se perpetrar fraude ou abuso de direito. Assim sendo, se o juiz, no caso concreto, vislumbrar que os sócios utilizaram ilicitamente a pessoa jurídica em prejuízo de terceiros, auferindo, com isso, vantagens, embora de maneira não transparente, poderá desconsiderar a personalidade jurídica dessa sociedade, transferindo as responsabilidades, que aparentemente seriam suas, às pessoas dos dirigentes que a utilizaram com objetivos ilícitos.

Entretanto, a aplicação dessa teoria não importa na extinção da identidade legal da pessoa jurídica, então desconsiderada, pois configura-se simplesmente como uma medida de sua defesa, evitando que ela colha sanções destruidoras de sua sobrevivência, transferindo-as àqueles que a infelicitaram.

A utilização da sociedade mercantil como escudo tornou-se tese assaz corriqueira na área falencial, culminando com o aparecimento e desenvolvimento de uma atividade denominada indústria falencial. Verifica-se, por conseguinte, a constituição de empresas comerciais cuja finalidade única é o cometimento de atos ilícitos utilizando-se a empresa como véu de rosas.⁽¹⁾

Ora, como numa sociedade seu patrimônio é quem responde perante terceiros e este foi fraudulentamente dilapidado por atos inescrupulosos dos sócios e, não havendo, é consabido, responsabilidade penal para a empresa comercial, estes atos ficariam impunes não fosse o surgimento da “Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica das Sociedades Comerciais”.

Se no nosso ordenamento jurídico esta teoria ainda não auferiu, quer doutrinária, quer jurisprudencialmente, um tratamento mais equânime, é certo que já evoluímos muito desde o seu surgimento, assim como o foi no Direito alie-nígena.

(1) “Sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Desconsideração da personalidade jurídica. Aplicação que requer cautela e zelo, sob pena de destruir o instituto da pessoa jurídica e olvidar os incontestáveis direitos da pessoa física. Necessidade de que seja apoiada em fatos concretos que demonstrem o desvio da finalidade social da sociedade, com proveito ilícito dos sócios.

Ementa oficial: Embargos de terceiro. Desconsideração da pessoa jurídica. Contra-razões de apelação. Sistema de legalidade formal. Vindo o recorrido com suas contra-razões objetivando a mudança do julgado incorre em erro grosseiro e pelo sistema de legalidade formal a eficácia dos atos do processo depende, em princípio, de sua celebração segundo os cânones da lei, não podendo, assim, serem recebidos como razões de apelação. A aplicação da *disregard doctrine*, a par de ser salutar meio para evitar a fraude via utilização de personalidade jurídica, há de ser aplicada com cautela e zelo sob pena de destruir o instituto da pessoa jurídica e olvidar os incontestáveis direitos da pessoa física. Sua aplicação terá de ser apoiada em fatos concretos que demonstrem o desvio da finalidade social da pessoa jurídica, com proveito ilícito dos sócios”. (TAPR. Apelação Cível 529/90. Primeira Turma Cível. Relator Desembargador Antônio Gomes da Silva, j. 18/04/90.)

Nesse diapasão é que monografo este tema, enfocando a posição do Direito brasileiro, restringindo-me ao estudo do Direito Comercial, Tributário, Trabalhista, Econômico, com enfoque no Direito do Consumidor.⁽²⁾

1 — *A personalidade da pessoa jurídica*

As sociedades, em regra, têm fins lucrativos, qualquer que seja seu objeto, produção, comercialização de bens ou de prestação de serviços.

No Direito positivo brasileiro a sociedade pode constituir-se por contrato celebrado entre duas ou mais pessoas ou por ato unilateral de vontade (arts. 4º, 311 e 315 do Código Comercial).

Seu título constitutivo, seja o estatuto nas sociedades unipessoais, seja o contrato nas sociedades pluripessoais, deve estipular o grau de responsabilidade dos sócios à importância do capital social.

Com o registro desse ato constitutivo a sociedade transforma-se em um ser com existência real, estranho à individualidade das pessoas que a administram, dominando um patrimônio próprio, possuidor de órgãos de deliberação e execução, que ditam e fazem cumprir sua vontade.

O Direito brasileiro reconhece personalidade jurídica às sociedades comerciais, ao estabelecer no art. 16 do CC, que são pessoas jurídicas de Direito privado, as sociedades mercantis. E, no art. 18, dispõe que: “Começa a existência das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa”. Sendo averbadas em registro as alterações que estes atos sofrerem durante a existência da pessoa jurídica.

Desta concepção, que atribui às sociedades a natureza de pessoa jurídica, resulta que esta distingue de seus sócios, com autonomia patrimonial e financeira, em que nem pessoas nem patrimônios se comunicam para efeitos de direito, sobressaindo justificadamente, portanto, a aplicação da teoria em foco.

(2) *Direito Comercial e Processual Civil. Sociedade por cotas de responsabilidade Ltda. Marido e mulher. Penhora sobre bens do casal. Desconsideração da personalidade jurídica.*

- I — A autonomia patrimonial da personalidade jurídica não pode servir de fraude a credores, quando os únicos sócios — marido e mulher — detêm em seus nomes patrimônio capaz de garantir a dívida da pessoa jurídica, por sua vez desvestida de asservo.
- II — Na hipótese, lícita e jurídica, promovendo-se a penhora de bens dos sócios para garantia de dívida da sociedade.
- III — Recurso conhecido e provido parcialmente. (TJDF — AGI 0007430-96/DF, DJ de 17/09/97, p. 21.516. Relator Desembargador Edmundo Minervino, unânime.)

II — *Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica ("disregard doctrine")*

1 — *Origem histórica*

A teoria da desconsideração da pessoa jurídica (ou *disregard of legal entity, lifting the corporate veil*, descerramento do véu corporativo, ou ainda teoria da penetração) teve sua origem na jurisprudência inglesa, a partir da decisão proferida pelo juiz de primeira instância na Inglaterra, no caso *Salomon vs. Salomon & Co.*, em 1897.⁽³⁾ Nesta decisão, verificou-se a aplicação de um novo entendimento, desconsiderando a personalidade jurídica de que se revestiu a sociedade para atingir a responsabilidade pessoal do sócio.

Tal decisão porém, apesar de o juiz de primeira instância e da Corte de apelação terem desconsiderado a personalidade jurídica da companhia criada por Salomon, juntamente com 6 (seis) pessoas de sua família, reputando-a como uma extensão de sua atividade pessoal, uma verdadeira *agent ou trustee* de Salomon, que continuava sendo o verdadeiro proprietário do estabelecimento que falsamente transferira à sociedade, foi reformada pela Casa dos Lordes sob a alegação de que a companhia havia sido validamente constituída e que Salomon era seu credor privilegiado, por ter-lhe vendido o estabelecimento e recebido, por isso, obrigações garantidas por hipoteca.⁽⁴⁾ Nada obstante, essa tese teve imensa repercussão nos Estados Unidos e nos países europeus, influenciando a hoje sedimentada teoria da desconsideração.

A *Disregard Theory* é um movimento de reação que tomou fôlego ao avolumar-se a onda de golpes fraudulentos contra a economia coletiva, movidos por pessoas inescrupulosas, que se ocultavam sob um manto da pessoa jurídica.

Na Inglaterra, Alemanha, França, Argentina e principalmente nos Estados Unidos, ao crescer a onda de utilização fraudulenta das sociedades mercantis, doutrinas foram surgindo, tentando resolver o problema. Receberam, elas, nomes próprios em cada país; *Uperamento della personalità giuridica*, na Itália; *Durchgriff der juristischen personen*, na Alemanha; *Mise à l'écart de la personnalité morale*, na França; *Teoría de la penetración*, na Argentina; *Disregard Theory*; *Disregard of legal entity* ou *Disregard Doctrine*, nos Estados Unidos.

Foi, porém, nos Estados Unidos que a *Disregard of legal entity* se consolidou, ingressando na legislação de forma definida e esquematizada. Deu ela aos magistrados norte-americanos os instrumentos necessários para atingir a responsabilidade pessoal de empresários aventureiros, quando estes causavam prejuízos a outrem em benefício próprio, servindo-se porém da sociedade mercantil que lhes pertencia.

(3) Entretanto, existe referência doutrinária ao caso *Bank Of United States vs. Devenaux*, julgado pelo Juiz Marshal no ano de 1809 nos Estados Unidos.

(4) Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, *A desconsideração da personalidade jurídica ("disregard doctrine")*, e os grupos de empresas, 2ª ed., Forense, 1997.

No Brasil, o primeiro caso de que se tem notícias foi julgado pelo Tribunal de Alçada Cível de São Paulo, Apelação 9.247 em 1955.⁽⁵⁾

2 — *Fundamento jurídico*

A Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica é, portanto, instrumento vigoroso de que se deve valer o Judiciário para sancionar de forma justa e merecida todos aqueles que empregam ou empregaram a pessoa jurídica para fraudar seus credores, no afã de ilicitamente subtrair-se a uma obrigação existente, desviando-se da aplicação regular de uma lei, para constituir ou conservar um monopólio ou para proteger velhacos.

Quem faz uso da pessoa jurídica para fins ilícitos não merece a tutela que resulta do princípio da separação patrimonial. “É sedutora e convincente a linha doutrinária que hoje vai aviltando a desconsideração da personalidade jurídica para os casos em que atrás dela procurem as pessoas dissimular uma fraude; a separação entre a personalidade da sociedade e a dos seus sócios deixa de ser absoluta e, através desse engodo, a nova doutrina permite se possa sentir melhor a realidade econômica que procuram salientar” (RT 560/108).

Os entendimentos doutrinários a respeito dessa teoria, pelos relevantes interesses jurídicos que procuram tutelar, vêm merecendo cotidianamente sérias considerações e oportunas aplicações por parte de nossos tribunais que, dessa feita, além de dirimirem os casos específicos que lhe são submetidos, segundo o Direito e a melhor consciência, fornecem segura orientação para demandas análogas. Aliás, nem poderia ser diferente, já que a mola mestra que leva o magistrado a adotar essa teoria é justamente a repulsa, plenamente justificada, à fraude ou ao abuso de direito, com a utilização da mera estrutura formal das sociedades.

As pessoas jurídicas são uma criação legal, e os postulados “a pessoa natural do sócio é radicalmente estranha à pessoa jurídica da sociedade” e “os bens dos sócios não se confundem com os bens da sociedade”, não podem ser levados ao extremo, a ponto de fecharem-se os olhos diante da realidade de que a diferença entre pessoa jurídica e sócio é um mero jogo de palavras e contratos, que não pode ser invocado para dar lugar à fraude e ao abuso de direito.

É bem estabelecido que pessoas jurídicas são entidades legais separadas dos seus sócios. É sagrada a separação patrimonial entre a pessoa jurídica e a pessoa física. É evidente que a pessoa jurídica existe como um instrumento legalmente previsto para que determinado indivíduo ou grupo de indivíduos possam conseguir determinados fins, seja de um empreendimento industrial, comercial ou de presta-

(5) “A assertiva de que a pessoa da sociedade não se confunde com a pessoa dos sócios — é um princípio jurídico, mas não pode ser um tabu, a entrar a própria ação do Estado na realização de perfeita e boa justiça, que outra não é a atitude do juiz procurando esclarecer os fatos para ajustá-los ao Direito.” (TJSP. Ap. 9.247. Quarta Câmara Cível. Relator Desembargador Edgard de Moura Bittencourt. 1955. Saraiva S/A vs. Hospital Coração de Jesus S/A, RT 238/393-5.)

ção de serviços, por exemplo. A garantia aqui existente foi e tem sido um dos vários elementos de fundamental importância no crescimento econômico nos mercados capitalistas.

A sagrada limitação da responsabilidade dos sócios é instrumento que permite viabilizar empreendimentos para os quais concorrem vários sócios, com diferentes quotas de capital. Seria um verdadeiro absurdo obrigar-se cada sócio de uma pessoa jurídica, mesmo sendo pequena sua participação, a responder ilimitadamente pelas obrigações sociais.

No Brasil, a aplicação do Direito para a recusa dos efeitos jurídicos da personalidade da sociedade deve ter apoio em lei, posto que nosso ordenamento positivo provém dos grandes ramos jurídicos latino-americanos, e estes são de índole sabidamente positivistas. Mas faculta-se ao juiz a criação do Direito no caso de lacuna ou omissão (art. 4º da LICC).

Quanto à desconsideração da personalidade jurídica, há casos especificamente estabelecidos na lei, outros porém, aparecem autorizados pelas regras gerais da eficácia dos atos jurídicos.

Estas normas da lei integram um sistema de regras da validade do ato jurídico e permitem a negação da eficácia do ato, apenas dele, mas sem atingir a existência mesma da pessoa da qual, no entanto, emana.

Permitem, sem desconstituir a pessoa jurídica, p. ex., identificar o fim ilícito de seus sócios, quando a vontade destes substituir a daquela para decisão do ilícito (arts. 82, 102 e 145 do CCB).

Entretanto, sua aplicação há de ser feita com as cautelas e zelos dos quais se vale o ordenamento jurídico (art. 5º da LICC). É importante que haja bom senso, reflexão e muito estudo. Se aceitarmos a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica sem que os pressupostos de aplicabilidade sejam realmente verificados, estaremos correndo o sério risco de desestruturar toda uma legislação específica já consagrada e resolvida, causando insegurança e abalo às relações sócio-econômicas.

A decisão que desconsidera a personalidade jurídica deve se revestir de extrema cautela, porque, mesmo admitindo não existir a intocabilidade da pessoa jurídica, não se pode olvidar os direitos incontáveis da pessoa humana, e assim, destruir o instituto da pessoa jurídica, construída ao largo dos séculos, com tantos benefícios para a sociedade.⁽⁶⁾

(6) "Execução. Existência da empresa executada. Ingresso no pólo passivo dos sócios respectivos. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Não se desconsidera a personalidade jurídica da empresa, mormente sendo outros os sócios ao tempo da execução e não provados atos gerenciais danosos e irresponsáveis destes mesmos dirigentes. Ademais, em qualquer caso a irregular extinção da empresa deve restar comprovada, o que não ocorre quando não há sucessão de direito e de fato, nos termos da lei comercial." (TJDF. AGI 0008389-97/DE. DJ de 20/08/97, p. 18.548. Unânime. Relator Desembargador Eduardo Alberto de Moraes Oliveira.)

3 — *Conceito*

O âmbito de aplicação dessa doutrina, por adequar-se a todo ordenamento jurídico que faça distinção entre a personalidade jurídica da sociedade da personalidade de seus membros, é assaz amplo.

Diz Marçal Justen Filho: “a novidade do tema da desconsideração da personalidade jurídica não permitiu, até agora, a formulação precisa de um conceito, nos moldes tradicionais e clássicos da dogmática jurídica”. É bem verdade que, além da novidade do tema, também é empecilho à formulação de um tal conceito a peculiaridade de que a teoria da desconsideração não se afina perfeitamente com a forma de trabalho e com os pressupostos metodológicos da ciência jurídica.

A *disregard doctrine* configura-se quando uma empresa nada mais é do que “um outro eu” (*alter-ego*) de seu controlador, ardil que vem sendo empregado com muita frequência para a obtenção de fins aparentemente lícitos, mas que colocam a sociedade sob grave risco.

Em síntese, a essência da doutrina consiste na possibilidade de desconsideração do princípio da autonomia da pessoa jurídica em relação a outra pessoa (jurídica ou física) integrante da sociedade, ou seja, aprecia-se a situação fática como se a pessoa jurídica não existisse, o que significa tratar-se a sociedade e o sócio como se fossem uma mesma e única pessoa. Atribui-se ao sócio ou à sociedade condutas que, não fosse a desconsideração, seriam atribuídas, respectivamente, à sociedade e ao sócio.

Segundo o autor citado, 05 (cinco) são os elementos que se conjugam para formação do conceito de desconsideração: existência de uma ou mais sociedades personificadas, ignorância dos efeitos da personificação, ignorância de tais efeitos para o caso concreto, manutenção da validade de atos jurídicos e o fim de evitar o perecimento de um direito.

4 — *Crítérios de aplicação*

Incumbe ao juiz o dever de indagar, examinar, perquirir as atividades empresariais, a forma e o modo pelo qual estão atuando as empresas, se o fazem para cumprir efetivamente o objeto social ou se debaixo da capa de personalidade jurídica procedem em detrimento da lei. A *disregard doctrine* não visa a anular a personalidade jurídica, mas somente objetiva desconsiderar, no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica em relação às pessoas ou bens que atrás delas se escondem.

Na desconsideração não há uma discordância entre o modelo normativo de conduta e a atuação concreta da pessoa jurídica. Ou, ao menos, todos os elementos e pressupostos de validade e regularidade do ato jurídico estão presentes. O ato é válido em si mesmo.

A discordância reside na função da pessoa jurídica. Sua dinâmica é que refoge aos parâmetros do ordenamento jurídico. O âmbito de atuação e de efeitos são, portanto, diversos. Não se excluem, reciprocamente, vícios e superação. Não se trata de espécies de um único gênero, mas de gêneros distintos.

Evidentemente, a regra será a de que a concorrência de um vício exclui a incidência da teoria da desconsideração, porquanto essa última intenta individualizar o regime jurídico aplicável para os atos praticados. Atos válidos, supõe-se. O vício acarreta a não-produção dos efeitos desejados pelas partes, enquanto o superamento importa ou a atribuição do ato a pessoa diversa daquela a quem usualmente seria atribuível, ou a incidência de regime jurídico distinto daquele normalmente aplicável.

Logo, se o ato for inválido, não há, em geral, oportunidade de superamento da personalidade jurídica.

Assim também, a aplicação da teoria da desconsideração não importa a existência de vício no ato, de regra.⁽⁷⁾

5 — Finalidade

Tendo em vista que o instituto da desconsideração é um fim em si mesmo, mister se faz que se indague a que tipo de intermediação se presta, ou para qual finalidade jurídica é invocado e utilizado.

Fábio Konder Comparato em sua obra “*O Poder de Controle na Sociedade Anônima*” observa que a teoria, como pode parecer à primeira vista, não se volta contra a pessoa jurídica, mas ao contrário, é um aprimoramento do instituto da mesma, fazendo ressuscitar questões como o início de sua personalização e o próprio conteúdo do conceito de personalidade jurídica.

Esclareça-se ainda que Fábio Ulhôa Coelho, ao contrário do autor citado, propõe a análise da teoria da desconsideração da personalidade jurídica por critérios

(7) “*Direito Comercial e Processual Civil. Sociedade por cotas de responsabilidade Ltda. Marido e mulher. Penhora sobre bens do casal. Desconsideração da personalidade jurídica.*”

I — A autonomia patrimonial da personalidade jurídica não pode servir de fraude a credores, quando os únicos sócios — marido e mulher — detêm em seus nomes patrimônio capaz de garantir a dívida da pessoa jurídica, por sua vez desvestida de tal asservo.

II — Na hipótese, lícita e jurídica, promovendo-se a penhora de bens dos sócios para garantia de dívida da sociedade.

III — Recurso conhecido e provido parcialmente.” (TJDF, AGI 07430/96/DF, Relator Desembargador Edmundo Minervino, Primeira Turma Cível. Unânime. DJ de 17/09/97, p. 21.516.)

“*Sociedade anônima. Desconsideração da personalidade jurídica. Admissibilidade. Empresa constituída por apenas um acionista, vez que os demais dela se retiraram.* Hipótese em que a pessoa jurídica quanto a pessoa física se misturam em negócios que dificultam a sobrevivência individual de cada uma.” (TJSP, Ap. 201.018-1/1. Quarta Câmara Cível. Unânime. DJ 07/04/94, Relator Desembargador Barbosa Pereira.)

subjetivos, quais sejam, a definição da fraude e do abuso de direito como os fundamentos para a desconsideração, enquanto Comparato analisa objetivamente a estudada teoria propondo a adoção de critérios objetivos, ou seja, a inocorrência dos pressupostos formais e materiais da separação patrimonial decorrentes da personalização. Neste sentido, também Rubens Requião reporta-se inclusive à teoria do abuso de direito.

A teoria baseia-se na concepção de que quem faz uso da pessoa jurídica para fins ilícitos não merece a tutela que resulta do princípio da separação patrimonial, perdendo a razão de ser a autonomia entre sociedade e sócios quando estes ou aquela ultrapassam os limites traçados pelo ordenamento jurídico.

Imprimir à personalidade jurídica um efeito relativo, e não absoluto, permitindo penetrar-se no seu âmago para desconsiderar, no caso concreto, dentro de seus limites, a sociedade comercial em relação às pessoas ou bens que atrás dela se escondem é a preocupação da teoria, portanto. Deve a doutrina, por conseguinte, ser usada com cautela e em casos excepcionais, sob pena de perder o seu caráter primordial, qual seja, de impedir a fraude e o abuso de direito.

Não é o caso de sua anulação, mas de declaração de ineficácia especial para determinados efeitos, prosseguindo, todavia, incólume nas lícitas atividades mercantis.

Trata-se, pois, de remédio efetivo para a descoberta dos propósitos ilícitos, dos que se amparam sob a estrutura formal da sociedade, ocultando a sua real essência, pessoal e patrimonial.

Resta claro nos ensinamentos dos autores supracitados, que a Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica, quando aplicada em resguardo do direito de terceiros, não visa anular a personalidade jurídica, mas somente objetiva desconsiderar no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica em relação a pessoas ou bens que atrás dela se escondem. É o caso de declaração de ineficácia especial da personalidade jurídica em determinadas situações.

Podemos deduzir de mais de uma dezena de acórdãos, que a posição do Judiciário brasileiro em nossos dias, no que tange à *Disregard*, é a seguinte:

- 1 — deve ser aplicada somente em casos concretos;
- 2 — a personalidade jurídica da sociedade fica preservada;
- 3 — só deve ser invocada quando os sócios utilizarem da sociedade com má-fé, comprovando-se fraude ou abuso de direito ou afronta à lei; e;
- 4 — a responsabilidade dos sócios, na aplicação da teoria, é solidária e ilimitada.⁽⁸⁾

(8) "Sociedade comercial. Teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Aplicação. Empresa controladora. Falência da controlada. Negócios realizados pela falida graças ao ostensivo apoio extracontratual que a primeira dava perante o público interessado. Suposto proveito econômico indevidamente auferido pela controladora. Coobrigação reconhecida pelas consequências do inadimplemento da contraente direta.

III — A desconsideração e o ordenamento jurídico estrangeiro

1 — Direito norte-americano

Uma das características do Direito norte-americano, herdada do Direito inglês, é que, geralmente, antes que determinado instituto tenha uma sistematização doutrinária, ele é tratado pela jurisprudência, grande e inesgotável fonte de Direito, mormente nas cortes de *common law*.

Dizem os norte-americanos que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada nos casos em que a pessoa jurídica, sendo mero instrumento de outra atividade ou indivíduo, é usada para cometer fraude, provada através de atos e fatos incompatíveis com um propósito honrado que sirvam, desta forma, para derrotar a conveniência pública, justificar mal ou defender crime.

No atinente à *disregard of legal entity*, a regra não foi infringida, eis que é do Judiciário americano o mais antigo julgado desconsiderando a personalidade jurídica de uma empresa, datado de 1809, quando a Corte Suprema dos Estados Unidos, tendo como Relator o Juiz Marshal, decidiu o caso *Bank of the United States vs. Devenaux*, apesar de severamente criticado pela doutrina, pois no fundo trazia a mais pura teoria da ficção.⁽⁹⁾

Os tribunais norte-americanos vinham aplicando a *disregard of legal entity* apenas em casos excepcionais, onde se comprovasse fraude à lei, ao contrato ou a credores. Houve, entretanto, uma ampliação desse entendimento, justificando-se a aplicação da teoria em epígrafe sempre que, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, a aplicação das normas vigentes levasse a resultados injustos. Ressalte-se, outrossim, que a *disregard doctrine* é mais freqüentemente chamada a aplicação nos casos de sociedades unipessoais, onde os interesses ilegítimos do sócio encontram terreno fértil para sua concretização, exigindo-se, assim, maior fiscalização nos atos de sua constituição e funcionamento.

2 — Direito inglês

No Direito inglês os relatos nos dão conta de que esta teoria teve origem com o caso *Salomon vs. Salomon & Co.*, em que se verificou a aplicação de um novo

Ementa oficial: Ação de rescisão de contrato. Empreendimento de construção de casas. Princípio da desconsideração da pessoa jurídica. Empresa controlada por outra, ambas integrantes de grupo econômico de renome, que recebia desta ostensivo apoio extracontratual perante o público interessado no empreendimento, o que viabilizou a realização de negócios. Falência superveniente da primeira. Sentença que exclui a co-responsabilidade da controladora pela inadimplência da contraente direta. Aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica em relação à controladora a quem se submetia a outra. Suposto proveito indevidamente auferido por aquela. Coobrigação reconhecida pelas consequências do inadimplemento contratual. Processo parcialmente anulado.” (TJRS. Ap. 588157119. Quarta Câmara. Relator Desembargador Vanir Perin. DJ 11/05/88).
(9) Joseph M. Sweeney *apud* João Casillo, *Desconsideração da Pessoa Jurídica*, RT 528/24-40.

entendimento, desconsiderando a personalidade jurídica de que se revestia *Salomon & Co.* para atingir a responsabilidade pessoal do sócio. Muito embora tenha sido a decisão reformulada, referida tese repercutiu e influenciou o Direito moderno.⁽¹⁰⁾

O primeiro caso em que se cogitou da desconsideração da personalidade jurídica, foi julgado em Londres, no ano de 1897, denominado *Salomon vs. Salomon & Co.*, podendo ser assim resumido:

“O comerciante Aaron Salomon constituiu uma *company* juntamente com outros seis componentes de sua família, havendo cedido seu fundo de comércio à sociedade e recebendo 20.000 ações representativas de sua contribuição, restando aos demais sócios apenas uma ação para cada; para a integralização do valor do aporte efetuado, Salomon recebeu ainda obrigações garantidas de dez mil libras esterlinas. A companhia, logo em seguida, começou a atrasar os pagamentos, e um ano após, entrando em liquidação, verificou-se que seus bens eram insuficientes para satisfazer as obrigações garantidas, sem que nada sobrasse para os credores quirografários. O liquidante, no interesse desses últimos credores sem garantia, sustentou que a atividade da companhia era ainda a atividade pessoal de Salomon para limitar a própria responsabilidade; em consequência, Salomon devia ser condenado ao pagamento dos débitos da companhia, vindo o pagamento de seu crédito após a satisfação dos demais credores quirografários”.⁽¹¹⁾

Salomon foi condenado em primeira instância, mas foi posteriormente absolvido pela Câmara dos Lordes, a qual rechaçou o entendimento do magistrado prolator da sentença de condenação, fundamentando sua decisão na constituição válida da *Salomon & Co.*, distinguindo-se, pois, suas atividades. Tal acontecimento desestimulou os juristas britânicos a aprofundarem-se no tema, razão porque, singelas são as contribuições doutrinárias e jurisprudenciais inglesas.

3 — *Direito alemão*

Se foi dentro do sistema jurídico anglo-americano que tivemos as primeiras manifestações que levaram à teoria da *disregard of legal entity*, foi um alemão, Rolf Serick, quem de maneira mais completa doutrinariamente a sistematizou.

Os estudos pioneiros do prof. Rolf Serick propiciaram larga difusão da teoria da desconsideração da personalidade jurídica na Alemanha, chegando-se, inclusive, à elaboração de uma teoria semelhante designada de *Durchgriff*. À semelhança de outros países, poder-se-ia desestimar a personalidade jurídica nos casos de ser a mesma utilizada abusivamente para fins ilícitos, bem como nos casos de infração a obrigações contratuais e de prejuízos fraudulentos a terceiros.

(10) “Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor”. Simone Gomes Rodrigues, in *Revista do Direito do Consumidor*, v. 11, pp. 7/20.

(11) Suiane de Castro Fonseca. *Teoria da desconsideração da personalidade jurídica*, monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RT v. 410, p. 69.

O equivalente germânico da *Disregard Doctrine* americana é a chamada *Durchgriff der juristischen personen*, configurando segundo *Drobing* na "... possibilidade que existe de julgar uma sociedade, em um determinado caso, levando em consideração os homens que ela comporta ou os bens que ela possui — seu substrato humano ou patrimonial —, e considerando de algum modo como transparente a personalidade jurídica do ente comercial ...".⁽¹²⁾

Dentre os principais casos de aplicação do *Durchgriff* sobrelevam os que envolvem sociedades unipessoais e aqueles relativos a grupos de empresas.

A presença de uma direção unificada é essencial, no Direito alemão, para se identificar um grupo de empresas.

Necessário se faz ressaltar que, também no Direito germânico qualquer teoria acerca do *Durchgriff* adotada, a penetração é exceção, no sentido de que prevalece, em ocasiões normais, o respeito à separação entre pessoa jurídica e seus membros, somente operando-se a penetração quando houver uma utilização abusiva, ou quando a sua manutenção contrariar os princípios básicos da ordem jurídica, baseando-se em considerações de razão e de justiça, analisadas em cada caso particular.

4 — Direito francês

Percebe-se na jurisprudência e legislação francesas também uma forte reação contra os desvios da personalidade jurídica. Entretanto, a preocupação com a noção de controle dos entes comerciais e suas personalidades jurídicas apresenta uma multiplicidade de aspectos, razão pela qual não se pode obter uma sistematização precisa, para se chegar à efetiva aplicação da teoria da *Mise à l'écart de la personnalité morale*.

Essa preocupação do Direito francês em coibir tais desvios mostra-se bastante evidente em relação aos chamados grupos de sociedades, através dos quais a concentração da economia francesa vem-se operando com mais intensidade.

O sistema francês consagra a idéia da personalidade independente das sociedades controladas, das subsidiárias, o que nos leva a concluir que, também no sistema francês, a desconsideração é uma exceção e, desde que o grupo opere normalmente, não há porque desconsiderá-la.

Ademais, há necessidade de provar-se um certo grau de independência para identificarem-se dois sujeitos formalmente distintos, baseando-se no interesse comum.

Assim, no ordenamento jurídico francês mister se faz que, a fim de complementar a noção de controle e permitir a desconsideração, há necessidade de ocorrerem outros indícios que demonstrem haver entre a dominante e a dominadora uma

(12) Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. *A Desconsideração da Personalidade Jurídica ("disregard doctrine") e os grupos de empresas*, Forense, São Paulo: 2ª edição, 1997.

união estreita, uma unidade de interesses que desminta a superação formal admitida pelo Direito.

Dentre esses elementos destaca-se a existência de uma política de grupo, a confusão de personalidades e a confusão de patrimônios.

O critério da confusão de patrimônios, utilizado com maior freqüência, expressa-se por uma série de fatores, como a comunidade de serviços, o pessoal comum e a confusão de atividades.

Fica claro, assim, que a jurisprudência francesa não tem permitido que a personalidade jurídica das empresas componentes de grupos seja utilizada para encobrir a real vinculação do empregado ao grupo, procurando, o Direito do Trabalho, assegurar aos empregados uma melhor proteção, através da consideração das realidades econômicas e sociais encobertos pela complexidade das estruturas jurídicas.

A pessoa jurídica é considerada tendo-se em vista determinados fins, os quais são responsáveis, também, pela limitação do seu campo de abrangência. Segundo a esquematização proposta por Erlinghagen, a desconsideração da pessoa jurídica aplicar-se-ia nos casos de simulação, aparência e interposição de pessoas. Pode-se destacar, ainda, a contribuição de Josserand, ao qual se opôs Planiol, que a partir da jurisprudência dos tribunais franceses, sistematizou a teoria do abuso de direito, onde apregoava a finalidade social do mesmo, de servir como instrumento possibilitador da conservação da sociedade, enfatizando que todo ato, embora respaldado na lei, que fosse contrário a essa finalidade, seria abusivo e, por via de consequência, atentatório ao Direito. Propagou, Joserrand, a seguinte assertiva: nem tudo que é conforme a lei é legítimo.

5 — *Direito argentino*

A jurisprudência argentina também não ficou alheia a esse tema, reconhecendo em várias passagens a ocorrência de manobras fraudulentas e de direção temerária e, por conseguinte, responsabilizando solidariamente as empresas grupadas para não prejudicar terceiros que com elas tenham contratado.

Na Argentina esta teoria recebe maior aplicação, fundamentalmente em matéria falimentar, trabalhista e locatícia.

Em sede de matéria falimentar, o Direito argentino mostrou-se preocupado com a extensão da falência ao grupo controlador da empresa. A atual Lei de Falências argentina determina a extensão da falência a toda pessoa controladora da sociedade falida, quando ela tenha desviado indevidamente o interesse social da controlada, submetendo-a a uma direção unificada, em benefício próprio, ou do grupo econômico que integre. Dessa forma, através da *teoría de la penetración*, o Direito falimentar argentino foi ao encontro da realidade, reconhecendo a existência do grupo e estendendo a falência à controlante.

No Direito do Trabalho, também é forte a sua penetração ao dispor a *Ley de Contrato de Trabajo* (LCT) que: “Sempre que uma ou mais empresas, embora tenha cada uma personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outras, ou de tal modo relacionadas que constituam um conjunto econômico de caráter permanente, serão para os fins das obrigações contraidas por cada uma delas com seus trabalhadores e com os organismos de seguridade social, solidariamente responsáveis, quando tenham ocorrido manobras fraudulentas ou direção temerária.”⁽¹³⁾

No Direito locatício, entretanto, a questão ainda não é pacífica. De um lado há uma série de julgados que entendem que a substituição do locatário pessoa física pelo locatário pessoa jurídica, da qual o antigo inquilino é um dos sócios, caracteriza infração contratual, por se tratar de pessoas distintas. Já a corrente contrária, entende que essa substituição é perfeitamente possível, não sendo considerada fraude à lei.

IV — Teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Direito brasileiro

1 — Desconsideração da personalidade e nosso ordenamento positivo

No Brasil foi o insigne prof. Rubens Requião quem primeiro versou sobre a aplicabilidade da teoria de desconsideração da personalidade jurídica, concitando nossos juristas a uma análise mais aprofundada do tema. O ilustre mestre contrapôs o direito tido à época como absoluto à necessidade de soluções, se não legais ao menos éticas, que compusessem com justiça a questão em torno da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.

O germe dessas discussões foram justamente as evidências de que, não raro, era a pessoa jurídica usada como anteparo de fraude, sobretudo na burla a proibições estatutárias ou legais, além de palco onde se perpetravam múltiplos abusos de direito. Asseverando, ainda, que a *disregard doctrine* teria possibilidade de adequar-se a qualquer sistema jurídico que adotasse o princípio da separação entre a pessoa jurídica e as pessoas físicas que a compõem, como norma de direito interno. O prof. Fábio Konder Comparato, na obra citada, classificando, como dito, sob uma perspectiva mais objetiva, elidindo os fundamentos do prof. Rubens Requião para a desconsideração da personalidade jurídica, quais sejam a fraude e o abuso de direito e condicionando-a às hipóteses em que a atividade ou o interesse individuais de determinado sócio estivessem, de tal maneira, entremeados que não fosse possível dissociá-los, propugna a revisão do conceito de pessoa jurídica. A sanção jurídica não seria a nulidade, mas a ineficácia do negócio jurídico.

Interessante é a corrente propalada pelo prof. João Casillo, ao revés, fundamenta a teoria da desconsideração no fato de que a própria entidade é que foi desviada de seus legítimos objetivos, e não vê nela o fito de punição a diretores e

(13) Suzy Elizabeth C. Koury, ob. citada.

sócios, responsabilizando-os pelas obrigações sociais. “Em assim sendo, esclarece o mencionado professor, a desconsideração poderia ser invocada a benefício da sociedade, como no exemplo em que, uma empresa componente de uma *holding*, embora não tendo usado determinada marca no prazo de sua caducidade, não perde o direito de usá-la, por tê-lo feito outra empresa do mesmo grupo.”

J. Lamartine Corrêa, por sua vez, em obra intitulada *A dupla crise da pessoa jurídica*, expõe o seguinte entendimento, *in verbis*:

“Os problemas ditos de ‘desconsideração’ envolvem freqüentemente um problema de imputação. O que importa basicamente é a verificação da resposta adequada à seguinte pergunta: *no caso em exame foi realmente a pessoa jurídica que agiu ou foi ela mero instrumento nas mãos de outras pessoas, físicas ou jurídicas?* É exatamente porque nossa conclusão quanto à essência da pessoa jurídica se dirige a uma postura de realismo moderado, repudiamos os normativismos, os ficcionismos, os nominalismos que essa pergunta tem sentido. Se é em verdade uma outra pessoa que está a agir, utilizando a pessoa jurídica como escudo, e se é essa utilização da pessoa jurídica, fora de sua função, que está tornando possível o resultado contrário à lei, ao contrato, ou às coordenadas axiológicas fundamentais da ordem jurídica (bons costumes, ordem pública), é necessário fazer com que a imputação se faça com predomínio da realidade sobre a aparência”.

Diversos diplomas legislativos incorporaram o espírito da teoria da desconsideração, dos quais servem de exemplo: a CLT, em seu art. 2º, § 2º, onde é prevista a responsabilidade solidária, para efeitos de relação empregatícia, da empresa principal e subordinadas, quando constituam um conglomerado econômico. O objetivo legal é prevenir situações onde o trabalho pudesse ser utilizado como meio de produção das várias empresas e o ônus de pagar a remuneração respectiva recaísse na empresa de patrimônio insuficiente, restando, em consequência, lesado o direito do empregado. Não se exige para tanto a prova de fraude ou de abuso de direito.

O CTN, art. 134, VII, em que é prevista a responsabilização pessoal do representante legal da pessoa jurídica, caso exorbite de seus poderes. A Lei do Sistema Financeiro (Lei 4.595/64), ao dilargar a proibição de certos negócios ou operações serem efetuados entre a instituição financeira e pessoas jurídicas cujo capital tenha sido majoritariamente constituído pelos administradores daquela instituição, além de responsabilizar solidariamente diretores e gerentes das instituições financeiras pelas obrigações assumidas pelas mesmas durante suas gestões.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), que estabelece limites ao reconhecimento da pessoa jurídica ao elidir a distinção entre essa e seus membros pelos atos ilícitos por eles praticados.

No CDC, vale ressaltar o *caput* e o § 5º do art. 28, que rezam:

“Art. 28 — O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houve abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A

desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.”

Exige, a primeira parte do *caput*, a lesão dos interesses do consumidor, ao passo que a segunda reclama a má administração da pessoa jurídica como condicionante de sua desconsideração.

“§ 5º — Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.”

Devemos interpretá-lo como uma ampliação das possibilidades previstas no *caput* e em consonância com os pressupostos da teoria da desconsideração.

Também o direito de família presta à *disregard doctrine*, relevantes contribuições. Destarte, em casos onde o cônjuge empresário, usando-se da sociedade da qual faz parte, transfere-lhe todos ou a maioria de seus bens, no desiderato de furar-se à meação conjugal.

É de se observar, portanto, que em casos como esse, de forma inversa opera a *disregard doctrine*, pois desconsidera o ato para alcançar bens da sociedade e com o produto deles ressarcir o cônjuge ou credor prejudicado.

Ainda, mesmo nos casos em que a responsabilidade do sócio for ilimitada e solidária, será sempre subsidiária, devendo primeiramente serem executados os bens da sociedade e somente na falta ou insuficiência dos mesmos, executar-se-ão os bens dos sócios.

Como exemplo mais recente de acolhimento desta teoria pelo nosso ordenamento jurídico, temos a Lei 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, que institui sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Dispõe a lei em seu art. 4º, *verbis*:

“Art. 4º — Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.”

Este entendimento nada mais significa que: a pessoa jurídica que causar, na exploração de suas atividades mercantis, danos ao meio ambiente, sem prejuízo das sanções penais e administrativas estabelecidas, poderão seus dirigentes responder também pecuniariamente pelos prejuízos causados ao meio ambiente.

2 — A teoria da desconsideração e a reforma do Código Civil

No anteprojeto de revisão do Código Civil, a comissão, acatando sugestão do prof. Rubens Requião, de incorporar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao nosso diploma civil, positivou-a no Projeto de Lei 634-B, cujo art. 50 ficou assim redigido:

“Art. 50 — A pessoa jurídica não pode ser desviada dos fins estabelecidos no ato constitutivo, para servir de instrumento ou cobertura à prática de atos ilícitos, ou abusivos, caso em que poderá o juiz, a requerimento de qualquer dos sócios ou do Ministério Público, decretar a exclusão do sócio responsável, ou, tais sejam as circunstâncias, a dissolução da entidade.

Parágrafo único — Neste caso, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, responderão, conjuntamente com os da pessoa jurídica, os bens pessoais do administrador ou representante que dela se houver utilizado de maneira fraudulenta ou abusiva, salvo se norma especial determinar a responsabilidade solidária de todos os membros da administração.”

O texto, apesar de inovador, é ainda tímido, não permitindo a terceiros levantar o véu da pessoa jurídica; limitando a responsabilidade aos bens do administrador, além de erigir, como penalidade pelo uso indevido da sociedade, sua dissolução ou a exclusão do sócio responsável, consequências não previstas na *disregard*.

O nosso Direito, em várias situações, objetivando coibir os abusos e fraudes praticados através da pessoa jurídica, impõe determinadas regras, sem prejuízo da autonomia da pessoa jurídica, responsabilizando solidária e subsidiariamente os sócios.

3 — Direito Comercial

O Decreto-Lei 2.627/40, que instituiu a Lei das S/A., já individualizava a responsabilidade de seus administradores nos casos de dolo, culpa ou violação da lei ou dos estatutos. A atual Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), na mesma linha da legislação anterior, reza em seu art. 158, *verbis*:

“O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:

I — dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

II — com violação da lei ou do estatuto.”⁽¹⁴⁾

Para tais circunstâncias especiais, em que manifesta e inescandível a maliciosa e despuadora malícia, qualificadora do comportamento fraudulento dos sócios da

(14) “Penhora. Bens particulares de ex-sócios de pessoa jurídica executada. Admissibilidade, uma vez comprovada a transferência maliciosa e antijurídica das quotas sociais. Aplicabilidade da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Interpretação do art. 593, II, do CPC.

Ementa oficial: Se é manifesta a conduta maliciosa e antijurídica de ex-sócios de pessoa jurídica executada em demanda renovatória de locação comercial, que se desligaram da empresa e transferiram as quotas sociais a verdadeiros ‘laranjas’, às vésperas da execução e após proferida decisão transitada em julgado, com o firme propósito de evitar fossem alcançados pela condenação, penhoráveis apresentam-se seus bens particulares. Hipótese de aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, com base na regra do CPC, art. 593, II.” (2ª TACivSP. AGin 478.115-00/3. Quarta Câmara J. 18/02/1997. Relator Juiz Mariano Siqueira. Unânime.)

empresa executada, com verdadeiro abuso de direito, tem a doutrina armado verdadeiro antídoto, permitindo seja descoberto o véu da pessoa jurídica, cuja personalidade é desprezada, para alcançar as pessoas que, em seu nome, praticaram atos ilícitos ou abusivos (RT 635/226).

No nosso ordenamento jurídico comercial, fácil é a qualquer um montar uma empresa privada, geri-la de forma desconcertada e imprudente, maliciosa até, e, posteriormente, convocado para responder por danos que a sociedade causou, aduzir simplesmente que, diante da integralidade do capital social, não mais responde por qualquer problema inerente à gestão das atividades empresariais.

Nesse contexto, ressalta-se com altivez, tanto na doutrina como na jurisprudência pátrias, o integral acatamento desta teoria. Assim, uma vez esgotado o patrimônio da sociedade, emerge a responsabilidade do patrimônio dos sócios.⁽¹⁵⁾

4 — Direito do Trabalho

Com efeito, no campo do Direito do Trabalho também deparamos constantemente com casos de aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, utilizando da Consolidação das Leis do Trabalho que no § 2º do art. 2º, estabelece:

“§ 2º — Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou qualquer outra atividade econômica, serão para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.”

Pelo que se depreende da análise do dispositivo transcrito, as sociedades integrantes de um mesmo conglomerado econômico respondem solidariamente pelos débitos trabalhistas da sociedade empregadora principal e não há necessidade de prova de fraude ou abuso de direito para tanto.

Délio Maranhão, assim como Mozart Victor Russomano, já abordava o tema, salientando que o Direito do Trabalho vincula o empregado à empresa, e não à pessoa do empregador.

Segundo Russomano⁽¹⁶⁾: é preciso, sem dúvida, um exame metódico da situação das empresas, porque, não raro, exatamente para que a aparência esconda a

(15) “*Penhora. Bens particulares de sócios. Admissibilidade, uma vez inexistentes bens da pessoa jurídica para a garantia executória, não estando a mesma extinta. Aplicabilidade da teoria da desconsideração da pessoa jurídica.* Com efeito, inexistentes bens da pessoa jurídica sucumbida para a garantia executória, não estando a mesma extinta, insta realmente se deferir a postulação para a salvaguarda dos interesses do exequente. Assim, justo é que seja efetuada a constrição em bens de seus sócios de molde a garantir o débito judicialmente acatado, agasalhando-se a teoria da desconsideração da pessoa jurídica.” (1ª TACivSP. Quinta Câmara Relator Juiz Carlos Luis Bianco. RT 721/156.)

(16) Mozart Victor Russomano. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Forensc, 17ª ed., v. 1, 1997.

realidade, tais empresas atuam desvinculadas, no que possuem de ostensivo em seu funcionamento, mas, em um plano oculto, invisível aos olhos do grande público, estão de tal maneira interpenetradas que ficam submetidas a um controle geral, como diz a lei pátria. Para percebermos essa situação, devemos partir, naturalmente, da situação jurídica das empresas interessadas. E, como assinalou nosso legislador, a circunstância de possuírem elas personalidade jurídica própria não tem nenhum significado. O que importa é a conexão maior ou menor entre suas administrações e, em especial a subordinação das mesmas a um superórgão ou, ao menos, a uma empresa-líder".⁽¹⁷⁾

5 — Direito Tributário

Também no Direito Tributário encontramos mecanismos contra as fraudes praticadas pelos administradores na gerência das empresas. O art. 135 do Código Tributário Nacional prevê a responsabilidade pessoal dos diretores, gerentes, mandatários, prepostos, empregados e outros mais, pelos créditos decorrentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.⁽¹⁸⁾

6 — O Código de Defesa do Consumidor

No Brasil, a teoria da desconsideração da pessoa jurídica passou a ser lei a partir de 11/09/90 com o advento da Lei 8.078, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, que em seu art. 28 e parágrafos, assim dispõe:

"Art. 28 — O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

(17) "Desconsideração da personalidade jurídica. Penhora sobre bens particulares do sócio majoritário. Em face da inexistência de bens da pessoa jurídica e diante do inadimplemento de suas obrigações trabalhistas, impõe-se a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para se atingir os bens particulares dos sócios." (TRT/SC. AC 6.787/95. AGPT 3.725/95, unânime. Relator Juiz Nilton Rogério Neves, Publ. 14/09/95.)

(18) "Execução fiscal. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Penhora de bens de patrimônio de sócio que não exerceu função de direção. Decreto 3.708/19, art. 16 e CTN, art. 135, III. Divergência jurisprudencial. É impossível a penhora dos bens de sócio que jamais exerceu a gerência, a diretoria ou mesmo representasse a empresa executada. Há de ser utilizada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevalecendo o princípio da responsabilidade subjetiva, e não a simples presunção. Recurso conhecido, mas desprovido." (REsp 08.711/91/RS, DJU de 17/12/1992, p. 24.233, RSTJ v. 43, p. 281. Relator Ministro Peçanha Martins, unânime.)

§ 1º — vetado

§ 2º — As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste Código.

§ 3º — As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste Código.

§ 4º — As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5º — Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.”

O CDC objetiva amenizar, nas relações de consumo, o desequilíbrio entre consumidor e fornecedor, com a proteção da parte hipossuficiente, mais vulnerável e que sempre esteve subjugada pelos detentores do mercado de consumo. Pretendeu-se com tal dispositivo proporcionar ao consumidor a satisfação de seu direito de crédito contra sócios da empresa, quando estiverem presentes as hipóteses abusivas nele previstas.

No caso de grupos societários e de sociedades controladoras, a responsabilidade é subsidiária, ou seja, o consumidor que sofreu prejuízos, diante da manifesta insuficiência de bens no patrimônio da empresa com que contratou, pode voltar-se contra as demais integrantes do conglomerado. Não basta a simples comodidade ou conveniência do credor para dirigir sua escolha, contra a sociedade controlada em lugar da controladora ou vice-versa.

É verdade que a tendência cada vez mais freqüente em nosso Direito é desfazer a intangibilidade da personalidade jurídica, mas somente quando esta for usada para acobertar a fraude à lei, o abuso de direito das formas jurídicas, ou causar prejuízos a terceiros pela falência, insolvência ou encerramento danoso das atividades. Assim era o sustentáculo da doutrina e jurisprudência pátrias e passou a ser lei, a partir de 11/09/90, com a Lei 8.078, conhecida como Código de Defesa do Consumidor.⁽¹⁹⁾

Assim, somente diante da má administração da sociedade os direitos dos consumidores estão protegidos.

7 — Direito econômico

A toda evidência, também em sede de Direito Econômico, tem a jurisprudência pátria admitido a desconsideração, em várias oportunidades, o que permitiu a

(19) “Pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Grupo societário. Responsabilidade subsidiária. Aplicação da teoria quando o consumidor sofreu prejuízos, diante da manifesta insuficiência de bens no patrimônio da empresa que contratou. Insuficiência da simples comodidade ou conveniência do credor para dirigir sua escolha contra a sociedade controlada, em lugar da controladora, ou vice-versa.” (TJSP, Ap. 211.163-1/0, Quarta Câmara, J. 16/06/94, Relator Desembargador Cunha Cintra, Unânime.)

Clóvis Ramallete acentuar que: “No Brasil, já não se trata mais de mera meditação de teóricos” (RT 586/9). Cumpre reconhecer, entretanto, que as hipóteses de aplicação se baseiam na lei. Por isso, quando a lei atribui ao sócio a responsabilidade por dívidas da sociedade, como ressalta o citado prof. João Casillo: “o faz porque uma dessas pessoas agiu de maneira contrária à lei ou ao contrato, mas como pessoa integrante da pessoa jurídica” (RT 528/24).

A legislação vem acolhendo a condenação e execução sobre bens de sociedades e sócios que servem de capa para o funcionamento de outras sociedades irresponsáveis e sem condições de suportar os efeitos de condenação judicial. Assim, admissível é a penhora dos bens de pessoa jurídica sócia majoritária daquela que é executada.

A principal consequência da individualização das pessoas jurídicas estabelecida no art. 20 do CC é a identificação patrimonial, para efeito de suportar as consequências jurídicas decorrentes de comportamentos lícitos e ilícitos. Ocorre que a mera autonomia patrimonial enseja a ocorrência de fraudes. Na verdade, postula a teoria da desconsideração da personalidade jurídica da atitude a ser adotada pelo juiz quando se defronta com a fraude no Direito perpetrada através da denominada autonomia patrimonial. Não se anula a pessoa jurídica. Simplesmente, desconhece-se a autonomia da personalidade, por ter a entidade jurídica desviado-se de suas finalidades específicas, causando danos e não os podendo suportar. Ressalta Rubens Requião que é preciso, para a invocação exata e adequada da doutrina, repelir a idéia pré-concebida dos que estão imbuídos do fetichismo da intocabilidade da pessoa jurídica, que não pode ser equiparada tão insolitamente à pessoa humana, no desfrute dos direitos incontestáveis da personalidade.⁽²⁰⁾

Trata-se, em suma, de reconhecer a ineficácia dos estatutos sociais para que possa o verdadeiro dirigente da entidade, ou seja, o que a dirige, o que está por trás, ser responsabilizado diante da imputação da ocorrência de atos ilícitos. Assim é o que parece a Fábio Konder Comparato.⁽²¹⁾

Embora se nos afigure cuidar-se de mera questão de interpretação, a legislação, de forma timidamente, vem acolhendo a condenação e execução sobre bens de sociedades e sócios que servem de capa para o funcionamento de outras sociedades irresponsáveis e sem condições de suportar os efeitos de condenação judicial.

A doutrina e a jurisprudência também têm aplicado a desconsideração da pessoa jurídica de forma a evitar que se desviem as execuções em meras questões de forma, perdendo-se a perspectiva da realidade jurídica.⁽²²⁾

(20) Rubens Requião. *Curso de Direito Comercial*, 1º vol.

(21) Fábio Konder Comparato. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. RT, 1977).

(22) “Embargos de terceiro. Penhora. Efetivação em bens de pessoa jurídica sócia majoritária da empresa executada. Admissibilidade. Aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Improcedência dos embargos. Decisão mantida. Voto vencido. Inteligência do art. 20 do CC.” (1º TACivSP, Ap. 358.421, Sétima Câmara, j. 12/08/86, Relator Juiz Régis de Oliveira, p. maioria.)

8 — *A despersonalização e a jurisprudência brasileira*

“Comercial. Embargos a execução. Separação patrimonial entre pessoa física e jurídica. Aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

I — Estando caracterizado o intuito de fraudar credores, é de rigor a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, com o escopo de buscar no patrimônio pessoal do sócio ou ex-sócio a satisfação dos credores.”

II — Recurso improvido.” (TRF 3ª Região, AC 93.03.071383/SP, Segunda Turma, DJ de 22/10/97, p. 87.956. Juiz Aricê Amaral, por maioria.)

“Processo Penal. Especialização de hipoteca. CPP, art. 134, requisitos. Bens do acusado. Pessoa jurídica. Personalidade. Desconsideração. Sentença. Fundamentação. Apelação. Tempestividade. Defensor constituído.

I — Não pode o juiz recusar ao acusado o direito de escolher o advogado de sua preferência, ainda que seja ele revel.

II — Arguição de intempestividade e de inoportunidade da apelação já decidida em mandado de segurança e, assim, superada.

III — Fundamentação da sentença pobre, fraca, mas, ainda assim, existente, tanto que possibilitou a defesa do mérito, na apelação.

IV — No processo cautelar de especialização de hipoteca, examina-se a infração enquanto fato existiu, e se há indícios veementes da autoria.

V — A personalidade jurídica da sociedade de pessoas pode ser desconsiderada para atingir-se a pessoa do sócio. Princípio do *disregard of legal entity*.

VI — A estimativa dos bens, efetuada antes da sentença, não é definitiva (CPP, art. 135, § 5º).

VII — Apelação parcialmente provida.” (TRF 1ª Região, ACr 94.01.13692/DF. Relator Juiz Tourinho Neto, Terceira Turma, DJU de 17/11/94, p. 66.061, p. maioria.)

“Sociedade por cotas. Sócio-gerente. Responsabilidade. O ato do sócio-gerente, com violação do contrato, obriga a sociedade perante terceiro de boa-fé. Inteligência do art. 10 do Decreto 3.708/19. Recurso especial conhecido e provido.” (STJ, REsp 1.695/MS, DJ de 02/04/1990, p. 2.455, RSTJ v. 14, p. 258, unânime.)

“Direito Comercial. Responsabilidade da sociedade por dívida de seus integrantes. Desconsideração da pessoa jurídica. Inadmissível a penhora de bens da sociedade, em execução movida contra pessoa física de integrante seu, com fundamento na teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Se ocorre fraude, deve ser esta demonstrada, e anulado o negócio fraudulento. Apelação provida.” (TRF 5ª Região, AC 94.05.49674/RN, 1ª Turma, DJ de 11/11/94, p. 64.968, Relator Juiz Hugo Machado.)

“Execução. Embargos de terceiro. Penhora sobre bens de sociedade de advogados por dívida de sócio detentor de 99% das cotas decorrentes de ato ilícito

praticado no exercício da advocacia. Desconsideração da cláusula social em que atribui ao sócio a responsabilidade pessoal por encargos decorrentes do exercício do mandato judicial porque não vincula terceiros que desconhecem o estatuto. Desconsideração da personalidade jurídica para efeito de responsabilização (art. 28 do Código de Defesa do Consumidor): teoria do 'lifting the veil' (levantamento do véu) do Direito inglês assimilado pelo nosso ordenamento jurídico. Inocorrência de incidência do art. 649, VI do CPC porque os bens penhorados (máquina Xerox, microcomputadores, impressoras e fax) não são, 'lato sensu', imprescindíveis ao exercício da profissão de advogado". (TJDF, Apelação Cível 040.659/96-DF, Quarta Turma Cível, Relator Desembargador Waldir Leônico, DJ de 21/05/97, p. 10.155, unânime.)

"Processo. Publicação defeituosa para intimação de ciência de data de ato processual. Incumbe ao recorrente comprová-la, a fim de cumprir o ônus probatório da sua alegação como fundamento do recurso extraordinário. Personalidade jurídica. Possível desconsiderar-se a personalidade da pessoa jurídica sob controle absoluto de pessoa física, se ambas em conluio para fraude a direito de terceiros. — Aplicação da teoria inglesa e norte-americana da disregard of legal entity, surgida no Direito mercantil mas aplicável igualmente no civil, como no tributário. Correção monetária. É de ser concedida, se fundado o débito em ato ilícito." (STF, RE 94.066/RJ, Relator Ministro Clóvis Ramalhet, DJU de 02/04/82, p. 02.885, Primeira Turma, unânime.)

"Desconsideração da pessoa jurídica. Pressupostos. Embargos de devedor. É possível desconsiderar a pessoa jurídica usada para fraudar credores". (STJ, RESP 86.502/96-SP, DJ de 26/08/96, p. 29.693, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, unânime.)

"Direitos do Consumidor e Processual Civil. Furto de veículo em estacionamento de 'shopping center'. Ação de indenização proposta contra o supermercado. Ilegitimidade passiva do réu. Inaplicabilidade dos artigos do Código de Defesa do Consumidor por não se cuidar de relação de consumo típica. Acórdão que afasta a ocorrência dos pressupostos fáticos ensejadores da aplicação da 'teoria da desconsideração da personalidade jurídica'. Incidência do Enunciado 7 da Súmula desta Corte. Agravo desprovido. I — Reparação fundada na responsabilidade civil e não no Código de Defesa do Consumidor, em face de não se cuidar de relação jurídica de consumo propriamente dita. II — Acórdão que afirmou se acharem presentes os requisitos fáticos ensejadores da aplicação da 'teoria da desconsideração da pessoa jurídica', de sorte que, quanto ao ponto, esbarraria o recurso no Enunciado 7 da Súmula/STJ, a inibir a reapreciação de fatos e provas." (STJ, AGA 72.124/95 MA, DJ de 06/11/1995, p. 37.576, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime.)

"Embargos de divergência. Circunstâncias fáticas diversas. Doutrina do 'disregard of legal entity'. Divergência inexistente. I — Estando os arestos confrontados assentados, sobretudo, nas circunstâncias fáticas próprias de cada caso,

não há falar em dissídio jurisprudencial, sendo incabíveis os embargos de divergência. II — Hipótese em que o acórdão embargado admitiu a aplicação da doutrina do *disregard of legal entity*, para impedir a fraude contra credores, considerando válida penhora sobre bem pertencente à embargante, nos autos de execução proposta contra outra sociedade do mesmo grupo econômico. No paradigma, entretanto, afastou-se a doutrina referida para que o sócio avalista não seja responsabilizado por litigância de má-fé, relacionada ao comportamento processual da sociedade avalizada. III — Agravos regimentais improvidos”. (STJ, AEResp 86.502/96-SP, DJ de 30/06/1997, p. 30.850, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes, unânime.)

“*Execução. Penhora. Bens de sócio. Desconsideração da pessoa jurídica.* Desconsideração da pessoa jurídica, fundada no exame dos fatos da causa e do comportamento processual da parte. Outros temas não prequestionados. Dissídio não demonstrado. Recurso não conhecido.” (STJ, REsp 62.746/95-RS, DJ de 27/11/1995, p. 40.894, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, unânime.)

“*Execução fiscal. Embargos de terceiro. Fraude de execução. Não-caracterização. CTN, art. 185. Aplicação.* I — Embora integrantes do mesmo grupo empresarial, as empresas alienante e executada têm personalidade jurídica próprias. Na espécie, não há notícia de que pendesse, em relação à alienante, execução fiscal com crédito regularmente inscrito quando da alienação ora questionada. Ademais, não se cogita de crédito solidário pelo simples fato de ambas as empresas alienante e executada pertencerem ao mesmo grupo econômico. Tampouco, tem a aplicação a teoria da desconsideração da pessoa jurídica, pois, no caso, não se afirmou que, antes da alienação questionada, tivesse a executada alienado o bem penhorado à alienante. Há de considerar-se, ainda, que, a alienação questionada foi precedida de alvará judicial expedido pelo juízo da concordata, o que torna inaceitável responsabilizar empresa outra que não a executada pelo débito cobrado. II — Inaplicação à espécie do art. 185 do CTN. III — Recurso especial conhecido e provido.” (STJ, REsp 28.168/92-SP, DJ de 07/08/1995, p. 23.026, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, unânime.)

“*Penhora. Bem de família. Lei 8.009/90. Sociedade comercial. Entidade familiar. Desconsideração da personalidade jurídica.* I — O conceito de entidade familiar, no Direito Civil brasileiro, corresponde ao disposto na Constituição da República (art. 226 e parágrafos), não compreende a sociedade comercial, cujos sócios integram uma mesma família. Trata-se aí de uma empresa familiar, mas não da entidade familiar referida no art. 1º da Lei 8.009/90. II — Desconsideração da personalidade jurídica, não para beneficiar os credores, mas para proteger os sócios, além de implicar alteração nos fundamentos do instituto, somente pode ser examinada em recurso especial se atendidos os requisitos processuais específicos. Recurso não conhecido.” (STJ, REsp 35.281/93-MG, DJ de 28/11/1994, p. 32.621, RSTJ v. 73, p. 261, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, unânime.)

Conclusão

A compreensão lógica de qualquer instituto jurídico obriga-nos a perquirir suas raízes, imitando-nos numa, ainda que breve, viagem no tempo e possibilitando-nos descobrir as causas que lhe deram origem, bem como sua evolução, até chegar-se ao entendimento que hodiernamente lhes é conferido. A teoria em estudo teve sua origem, como dito, no Direito inglês, com fraca reminiscência no Direito norte-americano, que, sentindo as inovações produzidas pelo capitalismo industrial, fundamentando-se na equidade, passou a desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade para atingir a pessoa dos sócios que dela se estavam utilizando indevidamente. A incipiente teoria recebeu diversas denominações, podendo-se citar, exemplificativamente, as seguintes: *uperamento della personalità giuridica*, na Itália; *durchgriff der juristischen personen*, na Alemanha; *mise à l'écarte de la personnalité morale* na França; *teoria de la penetración*, na Argentina; *disregard theory*, *disregard of legal entity* ou *disregard doctrine*, nos Estados Unidos.

Coube ao prof. Rolf Serick, em tese de concurso apresentada na Universidade de Tübingen, na Alemanha, em 1955, a iniciativa de pioneiramente sistematizá-la, sendo a mesma, posteriormente, absorvida pelo Direito daquele e de diversos outros países. Diz o insigne jurista alemão: "A jurisprudência há de enfrentar-se continuamente com os casos extremos em que resulta necessário averiguar quando pode prescindir-se da estrutura formal da pessoa jurídica para que a decisão penetre até o seu próprio substrato e afete especialmente a seus membros."²³⁾

No nosso ordenamento jurídico, o tema foi abordado inicialmente pelo prof. Rubens Requião, em conferência intitulada "Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica", realizada na Universidade Federal do Paraná.

Esta teoria, desconsideração da personalidade jurídica, embora venha sendo objeto de inúmeras discussões tanto por parte dos doutrinadores como dos tribunais e até mesmo dos estudantes de Direito, ainda está longe de possuir uma interpretação pacífica e sistematizada. Tal realidade, todavia, deve servir de estímulo aos nossos espíritos, incitando-nos a um aprofundamento crescente em seu estudo, para que, num futuro não tão distante, possamos ver banidas de nossa realidade as iniquidades perpetradas através do uso indevido da pessoa jurídica, o que representa, em linha de conclusão, o desvirtuamento do próprio Direito.

Com a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, objetiva-se evitar que através do uso indevido da sociedade, materializado pela fraude ou pelo abuso de direito, possam-se lesar direitos dos credores. Caracteriza-se a fraude quando o devedor pratica atos de disposição patrimonial, sendo insolvente ou na iminência de o ser; ao passo que o abuso de direito pode ser verificado sempre que o devedor exorbite de seu direito, advindo de tal conduta prejuízo a terceiros. O CC em seu art. 20, estabelecendo que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus

(23) Apud, Simone G. Rodrigues, *Revista Direito do Consumidor*, n. 11, julho/setembro de 1994.

membros, leva-nos à conclusão de que os sócios não responderão pelas obrigações assumidas em nome da sociedade. Todavia, a opção do legislador de distinguir a pessoa física dos sócios da pessoa jurídica representada pela sociedade, decorrendo daí a autonomia patrimonial desta última, não pode adquirir a feição de direito absoluto, sob pena de, por extremo apego ao formalismo, cancelarem-se situações injustas e nocivas ao organismo social. A *disregard* nega esse absolutismo, permitindo que, em casos excepcionais em que o sócio, utilizando-se da sociedade em desacordo com os fins para que fora concebida, pratica fraudes ou exorbita de seu direito, seja possível levantar-se o véu que o encobre, para responsabilizá-lo pessoalmente. Não se trata de negação da pessoa jurídica, mas apenas da desconsideração de sua existência no caso concreto, imputando-se, ao sócio, a responsabilidade pelas obrigações pessoalmente assumidas em nome da sociedade, posto ter sido este quem auferiu real proveito quando da efetivação do negócio. Em última análise, destaca-se da pessoa jurídica aquele que dela se utiliza indevidamente, conquanto em tal hipótese, a sociedade deixe de ser sujeito de direitos para ser mero objeto ou instrumento a serviço do sócio. Funda-se, tal teoria, no fato de que sendo a pessoa jurídica criação da lei, não pode a mesma ser utilizada como meio de obterem-se resultados repelidos pelo Direito, devendo-se, pois, coadunar o princípio da autonomia patrimonial com o da boa-fé e com a necessidade de segurança nas relações jurídico-comerciais.

VII — *Bibliografias*

- CASILLO, João. “Desconsideração da Pessoa Jurídica”, *Revista dos Tribunais*, v. 528, pp. 25/40, 1979.
- COELHO, Fábio Ulhøa. *Desconsideração da Personalidade Jurídica*. Revista dos Tribunais, São Paulo: 1989.
- COMPARATO, Fábio Konder. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. Revista dos Tribunais, 2ª edição, São Paulo: 1977.
- ELIAS, Paulo Sá. *Disregard Doctrine*. Monografia apresentada à Universidade de Ribeirão Preto, dez/1995.
- ELIZABETH, Cavalcante Koury, Suzy. *A desconsideração da personalidade jurídica (“disregard doctrine”) e os grupos de empresas*. Forense, 2ª edição, São Paulo, 1997.
- FONSECA, Suiane de Castro. *Teoria da desconsideração da personalidade jurídica*. Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RT, v. 410, p. 69.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Desconsideração da personalidade societária no Direito brasileiro*. Revista dos Tribunais, São Paulo: 1987.
- LIMA, Osmar Brina Corrêa. *Atualidades Jurídicas*, v. 3, Del Rey, Belo Horizonte: 1993.

- MADALENO, Rolf. 'A *Disregard* no Direito de Família'. *Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Ajuris, Porto Alegre, n. 57, pp. 57/66, março de 1993.
- OLIVEIRA, J. Lamartine Corrêa de. *A dupla crise da pessoa jurídica*, Editora Saraiva, 2ª edição, Brasília: 1977.
- RAMALHETE, Clóvis. "Sistema de legalidade, na desconsideração da personalidade jurídica". *Revista Forense*, v. 293, pp. 79/82, jan./fev./março de 1986.
- REQUIÃO, Rubens. *Abuso de direito e fraude através de personalidade jurídica (disregard doctrine)*. *Revista dos Tribunais*, v. 410, pp. 13/24, São Paulo: dez. 1969.
- REQUIÃO, Rubens. "A desconsideração da personalidade jurídica no agrupamento de empresas", in: *Aspectos Modernos do Direito Comercial: Estudos e Pesquisas*, Ed. Saraiva, São Paulo: 1977.
- RODRIGUES, Simone Gomes. "Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor". *Revista do Direito do Consumidor*, v. 11, julho/setembro de 1994, pp. 07/20.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Ed. Forense, v. I, 17ª ed., 1997.
- SILVA, Nanci de Melo e. *A desconsideração da pessoa jurídica no Direito norte-americano e no Direito brasileiro*. Faculdade de Direito da UFMG, monografia de pós-graduação, 1991.